



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

**35º Encontro Anual da ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2011, Caxambu, MG.**

**A atuação militar da Colônia Militar de São Pedro de Alcântara no Maranhão
oitocentista**

GT Nº 14: FORÇAS ARMADAS, ESTADO E SOCIEDADE

INSCRIÇÃO: 0304-1

AUTOR: RAFAEL RAMOS CAMPOS

São Luís

2011

1. Alguns aspectos conceituais e metodológicos

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação militar da Colônia de São Pedro de Alcântara do Gurupi, no Maranhão oitocentista, mediante o estudo da documentação existente sobre tal instituição, como os ofícios expedidas pelos seus diretores à presidência da província entre 1854 a 1879.

Nesse aspecto, analisar-se-á as configurações sociais da colônia militar que se constituiu mediante as relações dos vários diretores com os mais diversos agentes políticos e sociais, principalmente com relação aos agentes sociais localizados próximos à colônia.

Levou-se em conta, ainda, alguns dados relevantes, como o número de agentes sociais que compunham o destacamento na colônia, os oficiais, o tempo que ocupavam em seus cargos e suas respectivas titulações. Outros aspectos importantes, como as idades desses oficiais, de onde eram naturais, critérios de seleção de recrutamento e seleção para a ocupação das funções no quadro administrativo do empreendimento não foram integralmente localizados, assim como os dados sobre profissões, idade, sexo, e outros, por isso, o alto grau de dispersão e rarefação das informações expostas neste artigo quanto a aspectos mais específicos.

Como já apontado acima, as informações colhidas se limitam ao que foi possível obter a partir de comparações entre as administrações, e alguns dados sobre o número de habitantes¹ são interessantes para a temática abordada, visto ser este um dos quesitos colocados como forma de estabelecer o grau de “sucesso” da administração dos diretores (leia-se no documento o grau de prosperidade da Colônia).

Em relação aos oficiais da Colônia (diretor, vice-diretor, capelão, facultativo e escrivão²) não houve critérios explicitados para a seleção e recrutamento das pessoas para a ocupação das respectivas funções na Colônia Militar. De modo geral, o que aparece em toda a documentação é que esses cargos principais, como de diretor e vice

¹ Observação mais panorâmica com relação ao conjunto de diretores e diversos oficiais que compunham o quadro da oficialidade da Colônia, ver tabela no final do texto.

² Conforme o decreto imperial nº 820 de 12 de setembro de 1851. Coleção das leis do Império do Brasil de 1851.

diretor, foram ocupados por militares tanto do Exército quanto da Guarda Nacional, de diferentes patentes militares do baixo e médio escalão das ditas instituições militares.

Desse modo, o que se pode observar quanto às relações entre o tipo de agentes que se situaram nos quadros de oficiais dessa instituição, as titulações militares tanto Exército quanto da Guarda Nacional, e suas relevância política dos agentes nas esferas burocráticas no segundo reinado. Visto principalmente a convergência e articulação de interesses entre grupos dirigentes locais e as instituições políticas imperial, que constituíram uma das características mais marcantes das bases políticas do império.

As formas de obtenção dos títulos de oficiais das Exército e Guarda Nacional, na segunda metade do século XIX mostraram-se distintas devido à compreensão das condições de como os agentes compreendiam aquela instituição militar, bem como as relações dos condicionamentos daquelas instituições com os contextos práticos de ação dos agentes que a produziram. Assim, as relações de interdependência entre os agentes, a distribuição de forças entre si, que se deram de formas desiguais, produziram formas específicas de lutas políticas nestas burocracias militares do Estado Nacional brasileiro nesse período.

O recrutamento e carreira de oficiais em relação à oficialidade do Exército constituíram-se teoricamente “menos” pautadas pela lógica ligada a critérios de conversões de capitais econômico, social e político, conforme o conjunto de regulamentos apontados na lei imperial de setembro de 1850³, e devido principalmente pela desvalorização do capital militar gerado pela instituição em relação ao gerado pela Guarda Nacional. Embora com uma aparente “racionalização” desta instituição, na prática houve ainda um intenso apelo clientelista e patrimonial nas relações entre perspectiva de obtenções de patentes superiores.

Já Guarda Nacional, pautada principalmente como inserção dos grupos políticos locais, os critérios de seleção em seu quadro de oficiais baseavam-se nos tipos de capitais políticos, econômicos e sociais que os agentes possuíam “fora” da instância militar. Ou seja, os capitais acumulados pelos agentes, principalmente quanto à extensão

³ BRASIL, Regulamento para execução da lei n.º 585 de 6 de Setembro de 1850, in: *Almanak dos Oficiais Efetivos, Reformados, e Honorários da Diferentes Armas do Exército do Império do Brasil no Ano de 1855*, RJ, Typographia Universal de Laemmert, 1855, p. 25-31. In. SEIDL, Ernersto. **A formação de um Exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional.** Revista *História* [online](Programa de Pós Graduação de História da Unesp). 2010, vol.29, n.2, pp. 71-94.

de suas teias de interdependência, com base na reciprocidade⁴, e as reconversões para os espaços das instituições governamentais⁵, possibilitavam aos agentes maior probabilidade de ascensão hierárquica na oficialidade dessa milícia, principalmente a importância desses no que tange as instâncias administrativas e políticas locais.

Portanto, por mais que neste momento não se tenha informações mais aprofundadas sobre as relações dos agentes escolhidos para ocuparem o quadro administrativo da Colônia Militar, pode-se elencar algumas características mais gerais, como a presença de oficiais de patentes intermediárias como capitão, major e tenente-coronel, tanto do Exército quanto da Guarda Nacional para as funções de diretor. Já no quadro de vice-diretor o número de agentes reformados do Exército foi quase total. Portanto, dentre os agentes que se tornaram diretores, sabe-se apenas do destino de dois galgarão outras posições na instituição militar ou civil, que foram os casos do Capitão Leonardo de Campos aparecendo em 1875, como ajudante de ordens do governo⁶, e do Major João Manoel da Cunha que aparece em 1879 como membro do Corpo de Estado Maior de 2ª Classe do Exército na Corte⁷.

A questão fundamental que se tentará responder gira em torno de como os diretores, como agentes sociais, inseridos em uma teia de interdependência complexa lançaram mão das mais diversas estratégias políticas e sociais de mediação entre a instância provincial-nacional e conjunto mais amplo das comunidades locais. De forma que como autoridade legitimamente reconhecida pela comunidade local, o diretor poderia atuar como mediador imediato das instâncias provinciais, capaz de mobilizar recursos materiais e militares para a comunidade colonial, o exercício das funções de polícia, e vinculação a uma perspectiva culturalmente dominante das ideologias do trabalho, do progresso, civilização, etc, constituídos através dos aparelhos institucionais do Estado.

As mediações feitas pelos diretores com a inserção de novos elementos políticos na comunidade local instituídas a partir de mobilizações de recursos econômicos, políticos e sociais dos instrumentos políticos do Estado.

⁴ CORADINI, O. L. **A Formação da Elite Médica no Brasil e seu Recrutamento**: confronto com o caso francês. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, (11), UFRGS, 1998. p.425-466.

⁵ BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011.p-195

⁶ MARANHÃO. 1854-1879. Ofício de 11 de agosto de 1875.

⁷ MARANHÃO. 1854-1879. Ofício de 12 de outubro de 1878.

Portanto, os aportes teóricos que utilizamos neste artigo para estruturar a análise das relações de interdependências complexas entre as comunidades locais e as estruturas institucionais do Estado Nacional brasileiro.

Primeiramente, através das conceituações de configuração social e interdependências sociais formulados por Norbert Elias, para entender as interdependências dos indivíduos, como possibilidades de se perceber as resignificações e produções de estruturas sociais, através da atuação dos indivíduos nas teias de interdependências, bem como as distribuições desiguais de forças entre as pessoas envolvidas em configurações sociais de diversas ordens⁸. Já no livro *Processo Civilizador*, Elias possibilita perceber através de sua análise sobre a formação dos Estados Nacionais europeus, que ocorreram por processo gradual de centralizações e monopolizações da violência, da tributação e administrativas, que juntas constituíram a burocracia ligados aos reis. Esta centralização ocorreu concomitantemente com os abrandamentos das pulsões e paixões dos indivíduos com o redimensionamento dessas forças naturais através do adestramento do corpo, para as disputas entre os indivíduos através dos combates nos campos da política, da burocracia, educação, da cultura, etc. Seria aquilo que Elias chamaria de um processo civilizador⁹.

Já na análise de sociedades complexas no México, Eric Wolf, nos possibilitou compreender que as instituições políticas e burocráticas, e sua forma complexa de atuação no mundo social, não podem ser compreendidas apenas no seu aspecto legal, mas também a partir das dinâmicas sociais e culturais, bem como nas mudanças das relações e dos interesses dos grupos envolvidos¹⁰. Bem como, as integrações das comunidades locais com as demandas políticas nacionais, através das relações de mediação de indivíduos inseridos nas instâncias políticas nacionais, capazes de exercer alguma forma de poder entre os grupos da comunidade, através de sua eficiência política para com a nação, de modo a garantir recursos políticos e econômicos visando possibilidades de ascensão nos quadros burocráticos nacional¹¹.

⁸ ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa. Edições 70, 2008. P.140-146

⁹ Ibid. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização** (vol.2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

¹⁰ WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. São Paulo. Editora Unicamp, 2003, p.75.

¹¹ Ibidem.

2. Os espaços de experiências no segundo reinado e as expectativas civilizadoras para a Colônia Militar.

A Colônia Militar de São Pedro de Alcântara do Gurupi, implantada na margem direita desse rio, fronteira do Maranhão com o Pará, foi criada pelo Decreto Imperial de nº 1.284, de 26 de setembro de 1853. Teve a duração aproximada de duas décadas e meia. No ano de 1878, o povoado gerado na Colônia saiu da tutela estatal e tornou-se distrito do município de Turiaçu e, posteriormente, de Carutapera.

Esta instituição militar constituiu-se num universo social em que as ações específicas do Estado Nacional brasileiro, objetivavam o controle daqueles grupos sociais marginalizados (pobres livres, quilombolas, etnias indígenas, etc.) situados nas comunidades locais, assim como trazer para o interior das tramas burocráticas provinciais e imperiais os elementos sociais marginalizados espalhados pelo império. Sendo assim, essa instituição militar configurou-se a partir de uma política que tinha como objetivo a centralização das decisões políticas do Estado imperial brasileiro. Tal perspectiva centralizadora foi estruturada dentro de um complexo jogo de articulações de interesses dos mais diversos grupos sociais dominantes locais no panorama de consolidação política do regime monárquico de D. Pedro II¹².

Portanto, as relações de forças nos espaços da burocracia (administrativa, militar, jurídica, policial, etc.) ficam mais complexas, principalmente com rarefação dos postos-chaves das burocracias nacional, haja vista as reformulações centralizadoras nas instituições do império. Assim, a concorrência entre os grupos dirigentes locais exige cada vez desses a maior extensão de suas relações de interdependência com outros agentes com influência política e econômica nos quadros da administração provincial.

Conseqüentemente o critério de seleção e recrutamento para as instâncias governamentais exigiram cada vez dos agentes a acumulação de capitais específicos gestados e socialmente reconhecidos nessas esferas da aparelhagem estatal imperial e no mercado político, assim como a capacidade de mobilização de outros agentes com maior peso político nos espaços institucionais do Império brasileiro. Dessa forma, a

¹² COSTA, Yuri Michel Pereira. Criminalidade escrava: a fala da civilização e urro do bárbaro na Província do Maranhão. In: COSTA, Wagner Cabral da (org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís. EDUFMA, 2004. p.114.

centralização política engendrada no segundo reinado, só foi possível a partir da inflação de poder social e político dos postos administrativos provinciais e nacional.

Deste modo, no cenário institucional do “Estado”, as pelas lutas políticas caracterizam-se pelas:

[...] lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim à luta política, visto que as verdades de Estado são verdadeas transpolíticas, pelos menos oficialmente)¹³.

Logo, a noção de “Estado” que será articulada neste trabalho, portanto, é a partir da compreensão de que este foi:

[...] resultado de um processo contínuo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores¹⁴.

A análise das lutas políticas no interior das instâncias burocráticas é um instante fundamental para perceber o quão importante foram as disputas sobre o controle desse tipo espaço social, que é o Estado, como forma de legitimação ou desqualificação de outros tipos de capitais e quem os produz.

Assim, os principais aportes ideológicos modelos federalistas de Estado Nacional, importados da Europa, EUA e de Portugal, apontaram para as condições sociais em que foram submetidos a uma ruptura fundamental entre o modelo importado e o resultado que se obtém em vista de um conjunto de interpretações, adaptações e modificações, nas sociedades brasileira¹⁵.

Assim, noções como *civilização*, *progresso* e *ilustração* foram articuladas as ações sociais e políticas das instituições governamentais do Império brasileiro, afim de se empreender a “fabricação” de categorias que representasse este Estado brasileiro pós independência¹⁶. O caso do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) foi

¹³ BOURDIEU, Pierre. 2011, p.203.

¹⁴ Ibid. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p.99.

¹⁵ SEIDL, Ernesto. A espada como “vocaçào”: padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. p.33-34.

¹⁶ MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP: Moderna, 1997. p. 9.

ilustrativo quanto a esta “missão” construir uma história oficial para essa nova nação brasileira¹⁷.

A categoria *nação* ligado a noção de civilização constituiu um aparato ideológico importante na cultura social e política neste período. Principalmente no que tange aos parâmetros culturais que pautaram as relações sociais entre as elites locais e grupos socialmente marginalizados e as relações no processo de construção do Estado Nacional brasileiro¹⁸.

Portanto, a expansão da burocracia estatal no território brasileiro com o seu “processo civilizador” pautado pelo controle social e a homogeneização cultural, corresponde também a um tipo bastante específico de sistema produtivo nacional com parâmetros modernos e civilizados que comungavam com elementos “arcaicos”, pautados no sistema escravista existentes na sociedade brasileira¹⁹.

Outra noção importante que ganha um profundo significado neste período foi a noção de trabalho. E pode-se dizer que esta noção foi constantemente resignificada nas relações sociais ao longo do século XIX.

Durante todo o período colonial e até boa parte do XIX, a representação do trabalho manual exercido por cativos foi atividade social degradante e bárbara. Já na segunda metade do século, com a extinção do tráfico internacional de escravos, e a crescente importância da cultura cafeeira, principalmente no eixo Rio Janeiro e São Paulo, a demanda por força de trabalho se intensificou, o que proporcionalmente exigiu dos grupos políticos e da administração imperial outras alternativas econômicas e sociais para tal impasse.

Deste modo, a partir de uma necessidade por mão-de-obra e projeção da noção de civilização via burocracia foi paulatinamente resignificada a noção de trabalho. Portanto, a perspectiva do trabalho atrelou-se profundamente como uma ferramenta fundamental do “*projeto civilizador brasileiro*”, ou seja, como instrumento ideológico cada vez mais propalado pelas elites dirigentes, como recurso possível para atendimento das novas

¹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. P-6. Disponível em:<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/193>. Acesso em 07 de outubro de 2010.

¹⁸ *Ibid.* p.7.

¹⁹ COSTA. 2008. p.124.

demandas sociais e econômicas que se processavam ao longo da segunda metade do oitocentos.

Assim, uma das saídas possíveis a essa escassez de mão-de-obra foi a fomentação da participação dos livres pobres na grande lavoura. Estes agentes sociais situados em um conjunto de relações sociais bastante diversificadas no sistema escravista brasileiro, ou seja, como indivíduos que excluídos da lógica produtiva da grande lavoura, foram estereotipados como vagabundos, vadios, um caso de polícia, tanto quanto os escravos fugidos e indígenas.²⁰

Assim sendo, para manutenção política do governo imperial frente a esses obstáculos sociais e culturais era imperativo que os livres pobres, escravos libertos e indígenas fossem disciplinados na lógica do trabalho, através principalmente da programas governamentais de implantação colônias militares, agrícolas, o reforço institucional de organizações institucionais voltados aos indígenas por todo o território imperial.

E parafraseando Alfredo Bosi²¹, a pretensão de ocupar “espaços vazios”, com a criação de diversos aparatos burocráticos e políticos com essa perspectiva do trabalho disciplinado, foi a possibilidade de estruturar mecanismos de controle social, capazes de subjugar socialmente os grupos marginalizados, mobilizando grandes recursos sociais e culturais tanto dos grupos dominantes quanto dominados.

E conforme Alfredo Wagner Almeida, a tensão e resistência dos livres pobres na lógica de produção da grande lavoura, na província do Maranhão, reforçam o caráter colonizador destes espaços considerados de sublevações e desordens sociais ocupados por aqueles pobres, por uma ideologia civilizadora gestada pela cultura política do governo imperial²².

Deste modo, a constituição dos aparatos coercitivos estatais das diversas instituições de polícia e militares, como o Exército e a Guarda Nacional, também

²⁰Esta noção aqui utilizada baseia-se principalmente na obra FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata** (4a ed.). São Paulo, Editora Unesp, 1997. Embora não utilize a noção, mas contribui para a compreensão da mudança da ordem escravocrata para o trabalho livre, EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudanças: a indústria açucareira em Pernambuco*.

²¹ BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992. p. 15

²² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão**. Rio de Janeiro. Editora Casa8/Fundação Universidade do Amazonas. 2008.

contribuíram para a consolidação do Estado Nacional brasileiro. Assim também foram importantes veículos de transmissão dessas ideologias de trabalho, patriotismo, civilização etc, através da inserção principalmente de livres pobres nas casernas, presídios, ou seja, em estruturas de intervenções físicas e simbólicas de controle governamental.

Embora com este complexo papel de controle social a se cumprir, o Ministério da Guerra, como representação institucional civil do braço militar do Estado Nacional, não desfrutava de maiores privilégios políticos ou financeiros para atuar no extenso território nacional. Dentre outras coisas, havia uma desconfiança, por parte do governo imperial, em relação ao fortalecimento das instituições militares, o que refletiu nas baixas dotações orçamentárias daquele Ministério, e nas constantes reestruturações e extinções de companhias, corpos e batalhões militares por todo o território nacional até o fim do regime monárquico²³.

John Schulz²⁴ aponta que na pasta ministerial das instituições militares brasileira eram recorrentes os baixos salários dos militares, as péssimas condições dos quartéis e a ausência de armas modernas, entre outros elementos, além das vários estereótipos que nutria uma aversão dos grupos sociais de livres pobres, com relação a essa instituição militar²⁵.

Frente a essa situação desfavorável do braço armado do Estado monárquico brasileiro foi criado, ainda no período regencial, a Guarda Nacional. Instituição paramilitar ou miliciana que tinha uma funcionalidade essencialmente distrital, segundo o qual os cidadãos²⁶ deveriam prestar serviço de forma litúrgica, de forma a “suprir a falta dos funcionários necessários à consecução racional do poder político”²⁷. Assim como para suprir as lacunas não preenchidas pelo contingente do Exército, principalmente quanto ao policiamento no interior das provinciais²⁸.

²³ FARIA, Regina Helena Martins de Faria. **Em nome da ordem:** a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVII e XIX). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p.107-161.

²⁴ SCHULZ, John. **O exército na política.** São Paulo: EDUSP, 1994, p. 35.

²⁵ Ibid. p. 36.

²⁶ Para mais informações sobre o critério de recrutamento para a Guarda Nacional, ver as coleções da lei do Império, de 18 de agosto de 1831.

²⁷ SALDANHA, Flavio Henrique Dias. **Os oficiais do povo:** a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo. Anna lume. 2008. p.31.

²⁸ FARIA. 2007. Ibidem.

A atuação militar da Colônia esta inserida nos complexos jogos políticos, sociais, culturais e militares que foram expostos acima, aponta para um microcosmo de práticas e discursos no qual se articulam uma série de ações do Estado para o controle dos grupos social e politicamente dominados, visando “civilizar e levar o progresso” por meio da “expansão” das fronteiras políticas, econômicas e sociais na região do Gurupi.

3. Colônia Militar do Gurupi: entre intervenções e mediações.

Em 1852, o rio Gurupi havia se tornado o limite geográfico entre o Maranhão e o Pará, em razão de ter sido anexado à província maranhense o município de Turiaçu, que outrora pertencia ao Pará.

Com o avanço do poder governamental imperial²⁹, através da expansão do aparato burocrático, a “subjugação” de grupos sociais marginais a uma ordem política alinhada às demandas econômicas inserida numa lógica capitalista/escravista nas regiões da fronteira da grande lavoura apontavam que:

A demarcação do território provincial era questão estratégica para fazendeiros, grandes comerciantes e autoridades públicas. Não havia então o Brasil, e nem o Maranhão era “região brasileira” [...]. Para o império, os tempos eram de predomínio de fronteiras indeterminadas [...]; havia sim projetos de construção nacional aos quais se ligaram as lutas das autoridades oficiais e dos grandes proprietários contra as populações indígenas, quilombolas e camponeses almejando a apropriação dos espaços naturais e sua demarcação como “território da província”, ou seja, do Maranhão³⁰.

Portanto, a ação do processo civilizador nessa região de fronteira do Gurupi não se restringiram à área geográfica compreendida entre as províncias do Pará e Maranhão, também se deu pela construção representacional de estereótipos dos grupos sociais que ocupavam aquela região, ou seja, a demarcação dos grupos sociais marginalizados, em vista do “ser civilizado”, como sintetiza Flávio Soares:

Mas que este rio ou aquela serra sejam considerados como fronteira entre uma e outra província, isso se deve não ao simples fato da existência do rio e da serra e sim ao “campo de batalha” envolvendo grupos de interesses diferentes, especialmente fazendeiros, camponeses, quilombolas e índios,

²⁹ Para maiores informações sobre os aspectos centralizadores da política imperial apontados nesse artigo, ver os relatórios dos ministérios da guerra e império, disponíveis no site <http://www.crl.edu/brazil>.

³⁰ SOARES, Flávio Jose Silva. **No avesso da forma**: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 82

terrenos onde se decide o estabelecimento do rio ou outro espaço natural como fronteira ou não³¹.

Logo, a idéia da fixação de um efetivo militar nas paragens do Gurupi e Turiaçu era uma ideia comungada por autoridades policiais e judiciais daquela região como princípio de demarcação de espaço de atuação Estado. Conforme assim aponta um juiz de paz de Viana, em 1865, que sugeriu à presidência da província a criação de uma colônia militar na região:

[...] mas também dando tempo a que V. Ex já como digno Presidente da província em cuja administração tem ganho uma reputação bem merecida, e já como Representante da Nação, obtem do Governo geral authorização, e meios para a criação de uma Colonia Militar no lugar onde abita Manoel Joaquim a margem do rio Tury, terras devolutas e uberimas, com izenção do recrutamento aos que ali quizerem habitar e cultivar a terra com ou sem família, a colônia ali cituada, leva a vantagem de dominar toda o terreno desde as minas de Maracassume alem do Rio Turi, como o que fica aquém do mesmo Rio ate o Maracassume de Viana [sic], dificultando assim, a reorganização de novos quilombos³².

A constituição de colônias militares como recurso de policiamento nas áreas de fronteira de todo território do império brasileiro foi instituída através de um Decreto Imperial de nº.1284, de 26 e setembro de 1853, em várias províncias, como Pernambuco, Alagoas, Goiás, São Paulo Mato Grosso, São Paulo, Paraná, etc³³. Sendo que em 1854, no governo provincial de Eduardo Olimpio Machado, constituiu-se também a criação da Colônia Militar de São Pedro de Alcântara do Gurupi, na nova região de fronteira do Maranhão e Pará.

Tal criação deste aparato justifica-se entre outras coisas, por um conjunto de representações sobre região do Gurupi-Turiaçu apresentadas pelas autoridades provinciais. Deste modo, a região era descrita como uma área cercada por matas fechadas e pântanos, banhada por vários afluentes do rio Gurupi, um dos principais rios do lado ocidental da província maranhense. Uma localidade onde se concentravam grandes porções de floresta composta de “madeira de lei”, bem como várias jazidas de minérios importantes, principalmente ouro. Assim como um lugar pouco aproveitado

³¹ Ibid. p. 78.

³² MARANHÃO. Secretária de Governo. **Juízes de Paz**. 1854-1867. Setor de Documentos Avulsos Manuscritos. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Ofício de Juiz de Paz de Viana, 9 de março de 1865, fl. 1 e 1v.

³³ BRASIL. Ministério do Império. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa no ano de 1859 pelo ministro João de Alameida Pereira Filho**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

pelo sistema agro-exportador, embora houvesse noticiais de criadores de gado³⁴ e a instalação de companhias mineralógicas na região de montes áureos, próxima à Colônia.

Essa a região do Gurupi ainda era considerada como “deserto de civilização”, habitada por animais ferozes, local de ocupação de nações indígenas, pobres livres (basicamente proprietários ou não de terras), mocambeiros, “vadios” e desertores, ou seja, uma configuração populacional composta por grupos socialmente marginalizados. E seria deste recanto marginalizado da província maranhense foi de onde saiu a população da Colônia militar.

A comunidade da Colônia, a população era formada em sua maioria das famílias dos oficiais, praças, trabalhadores e negociantes da própria região de Turiaçu, Carutapera e Viseo, tendo conforme o recenseamento de 1863, um retrato bastante raro da fisionomia da população da Colônia. Sendo a maioria composta por homens composta por alguns portugueses, e o restante de livres pobres e indígenas. Já entre as mulheres, havia em sua maioria livres pobres, indígenas e uma africana. Em sua configuração mais genérica a maior partes dessas pessoas eram aparentadas e residiam nas vilas e comunidades próximas à Colônia³⁵.

O quadro administrativo de oficiais da Colônia, conforme o regulamento imperial de 1851, era composto pelos cargos de diretor, vice diretor, facultativo e capelão, e suas respectivas funções. Em 1853, uma lei provincial apresentava uma série de cinquenta artigos sobre atribuições complementares e específicas dos diretores daquela instituição.

No caso específico da função dos diretores, uma das principais características ao longo do estudo da documentação da Colônia, foi a sua atuação como mediador entre a comunidade local e às exigências burocráticas. Pautada a partir das expectativas relativas do cumprimento das várias demandas propostas pelo regulamento requerido pela burocracia provincial quanto ao atendimento e alocação de recursos materiais e políticos para comunidade colonial e nas localidades no entorno do empreendimento.

Dentre as demandas burocráticas que os diretores deveriam atender de forma consistente seria o policiamento e intervenção militar à quilombos que existiam na região. Conforme o regulamento provincial de 1853, a composição do destacamento

³⁴ MARANHÃO. 1854-1879. Ofício de 10 de julho de 1854.

³⁵ Ibid. Relação nominal dos habitantes da C.M.S.P. do G. 31 de março de 1831.

militar na Colônia deveria ser superior de cinquenta praças dos batalhões de infantaria do Exército.

Deste modo, na prática os diretores contaram com um contingente militar composto de alguns guardas de pedestre, o número médio de praças de tropas de primeira linha eram de aproximadamente vinte praças, e que em alguns momentos contavam com o apoio de Guardas Nacionais destacados do 11^a batalhão da vila de Turiaçu³⁶.

Como especificamente nessa região do Gurupi havia um fraco número de praças de primeira linha, a atuação da Guarda Nacional foi imprescindível para as atribuições de policiamento ordinárias na região, assim como a captura e destruição de quilombolas. Deste modo, as forças milicianas foram fundamentais para suprir a falta de praças na Colônia. Embora as forças milicianas fossem importantes aparatos coercitivos na província maranhense, muitas críticas foram feitas a respeito da sua atuação e eficácia, devido as suas características litúrgicas e patrimoniais inerentes a sua formação institucional, o que de modo geral, não atingiu de forma definitiva a sua importância como veículo militar e político no interior da província.

Assim, as possibilidades de relações personalizadas de mútuo acordo entre os diretores da Colônia e o comandante daquele batalhão miliciano permitiriam dentre outras coisas, a arregimentação de uma força policial bastante consistente para a comunidade colonial.

Em 1866, a comunidade da Colônia, sob a direção do Ten. Cel. da Guarda Nacional Altino Lellis de Moraes Rego, período de funcionamento da companhia de mineração em Montes Aureos, em pleno recrutamento de praças para a Guerra do Paraguai, contava com dois destacamentos, de aproximadamente de dezesseis soldados em cada um, do 11^a batalhão da vila de Turiaçu sob o comando do Major Manoel Gonçalves Teixeira, sendo um dos maiores contingente de milicianos que esteve na Colônia. Portanto, para além do patriotismo e cumprimento de deveres burocráticos, a manutenção do policiamento e militarização daquela região, para os grupos dirigentes desta região atendiam às condições concretas de controle de índios selvagens e

³⁶ Ibid. Ofícios de 20 de março de 1863, 1 e 9 de março e agosto de 1867, 1 de janeiro de 1868, 10 e março e 30 de setembro de 1869; 19 de março de 1870; relatório de presidência de província de 14 de outubro de 1871.

quilombolas, conseqüentemente a manutenção do comercio local, principalmente da área entre a Colônia e a companhia de mineração.

Deste modo, as possibilidades de alianças e rompimentos estabelecidos nessas relações horizontais entre os grupos dirigentes locais e as autoridades da Colônia correspondem em alguma medida ao conjunto das formas desiguais de mobilização de recursos sociais, políticos e econômicos dos agentes sociais perante situações de disputas.

Assim, em 1869, sob a direção do Capitão Reformado do Exército Leonardo Luciano de Campos, um conjunto de milicianos da comunidade de Tuciaçu engendraram uma revolta frustrada para convencerem os milicianos estacionados a saírem da comunidade colonial, e se realocarem sob o comando Major comandante do batalhão Guarda Nacional da região. O motivo principal do embate entre aquelas duas autoridades militares deu-se como uma representação clara de disputa por recursos humanos que se escasseavam nessa região, devido principalmente por causa da Guerra do Paraguai, o que acabava afetando profundamente à defesa da reprodução dos recursos econômicos tanto na Colônia quanto nas outras comunidades³⁷.

Embora nesta região a produção da grande lavoura fosse pouca desenvolvida, por outro lado, o comércio de variadas ordens de coisas constituiu-se um traço fundamental da economia desta localidade. Deste modo, pode-se dizer que as relações traços importantes naquelas relações entre diretores e os “negociantes” que pertenciam tanto a Colônia quanto de outras comunidades apresentaram-se como uma forte importante de recursos econômicos e materiais à administração da Colônia.

Embora pela regulamentação provincial fossem proibidas relações econômicas entre diretores e negociações na colônia na prática, os administradores da colônia recorriam periodicamente a esses negociantes. Como no caso do morador, comerciante da colônia, criador da escola de música na comunidade (1870), e diretor parcial dos índios 18ª distrito da província³⁸, Antonio Diogo Ramos³⁹, que foi durante muitos anos um dos principais credores locais da administração colonial, devido principalmente pela

³⁷ Ibid. Relatório de 30 de setembro de 1875.

³⁸ Possivelmente esse distrito indígena corresponde ao assentamento de indígenas existente no perímetro da comunidade colonial, visto que em um recenseamento no número de habitantes feito para no ano de 1863, aparece a relação de trinta e duas indígenas da tribo guajá.

³⁹ Ibid. Ofícios de 23 de abril de 1863 e de 06 de maio de 1870.

intervenção do diretor no mercado local da comunidade afim de garantir alguma exclusividade na venda de produtos no local (bastante frouxa), em vista da concorrência dos vendedores de Viseo.

E nos casos das administrações do Capitão Campos e do Major João Manoel da Cunha, que conforme noticia o relatório do inspetor Miguel de Azevedo Freitas (em 1875), os atrasos de pagamento de trabalhadores e praças muitas vezes deveu-se ao pagamento de dívidas de fornecimento e “empréstimos” para negociantes de Viseo, em consequência também de uma “decadência” dos negociantes da Colônia como fornecedores de materiais e recursos econômicos⁴⁰.

Esses poucos exemplos apontam para a dinâmica e complexidade de mediação dos diretores voltados à região, em vista de atender uma série de demandas dos agentes da comunidade colonial e exigências burocráticas, como de outros agentes situados na região do Gurupi. Possibilitando assim uma análise mais verticalizada das redes de interdependências de alianças e rompimentos dos agentes locais, como alternativa fundamental para a manutenção do aparelho burocrático estatal.

O conjunto político provincial objetivando a instalação da Colônia era demarcar a presença do Estado em regiões muito afastadas, ou seja, um aparelho da burocracia tanto de repressão quanto de povoamento aos moldes das exigências provinciais de eficiência burocrática e dos padrões civilizadores gestados no âmbito nacional.

A conceituação de “falta de braços”, conforme Alfredo Wagner Almeida, dá um panorama sobre as formas de produção e o reforço das estruturas coercitivas estatais articulados para a manutenção do sistema de produção da grande lavoura:

Consoante com a ideologia da “falta de braços” o sistema repressor da força de trabalho, no contexto das interpretações ilustradas, é sempre apresentado como carecendo de aperfeiçoamento e reforço. As tropas de linha funcionam como fiscalizadores do processo de produção sendo deslocadas a todo instante para os quatro cantos da Província e os próprios lavradores solicitam freqüentemente sua intervenção. Desempenham o papel de controle e vigilância dos agentes de produção que, porventura, consigam burlar os feitores, capatazes e demais prepostos encarregados diretos da disciplina⁴¹.

Desse modo, mais uma vez verifica-se em que aspectos políticos e sociais em que se gestou a Colônia Militar, eram cercados de perspectivas de criação de condições

⁴⁰ Ibid. Relatório de inspeção realizado por Miguel d' Azevedo Freixas, de 30 de novembro de 1875.

⁴¹ ALMEIDA.2008. p. 87.

sociais e culturais pautadas pela lógica do processo civilizador reproduzida pelos grupos dirigentes políticos instalados na burocracia provincial.

Assim, a perspectiva de enquadramento das pessoas da comunidade colonial vistas como sem qualquer educação moral e com aversão ao trabalho, ou seja, os grupos sociais marginalizados que deveriam ser controlados, que ameaçavam a segurança e a propriedade privada por toda a nação, como no caos região do Gurupi, fora uma justificações da instalação de colônias militares nas fronteiras do império, como afirma um ministro da Guerra:

O de que se trata são núcleos de povoações, em **lugares remotos centraes e despovoados**, onde só a principio podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediencia passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar. A escolha desses pontos é por via de regra, em **nossas fronteiras** ou em alguns centros, onde se tem **accumulado vagabundos e malfeteiros, que ameação a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos**⁴².

E no caso da província maranhense, em uma exposição do Capitão Antonio José de Carvalho, diretor interino da Colônia em 1867, mostra como os estereótipos gestados por uma cultura tradicional com ares civilizadores, apontam a sua forma de conceber e reconhecer os indivíduos daquela localidade como: *“Indolentes, pacíficos e extremamente preguiçosos, usão ainda da caça e pesca como sua primeira ocupação e recurso; seo vicio he a embreaguez, sua virtude unica he a obediência”*⁴³.

O diretor Ten.cel. Altino Lellis de Moares Rego, como tanto outros diretores compartilhavam de alguma maneira a ideologia civilizadora e as dificuldades de se vencer a cultura vadiagem entre os indivíduos dessa região:

“Bastante deplorável, e bem crítico torna-se hoje o meu estado neste **logar deserto**, longe dessa Capital, falta de todos os meios de recursos para poder manter a **disciplina militar** e a **moralização entre os trabalhadores e empregados desta colônia**”⁴⁴.

Portanto, o cotidiano desses colonos estaria marcadamente reconhecidos pelas representações de vadiagem, da indolência, conforme a visão dos diretores da Colônia:

Esta colônia, Ex.^{mo} Senr^o, merece mui seria atenção do governo, visto que, por sua localidade, pode esperar-se dellas as vantagens para que foi creada. A sua povoação é sem duvida a mais bem escolhida, que se attenda ao

⁴² BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857. p. 13. (grifou-se).

⁴³ Ibid. Ofício 26 de junho de 1867 (grifou-se).

⁴⁴ Ibid. Ofício nº 1 de 16 de junho de 1859 (grifou-se).

charmoso terreno da situação, quer as bellas mattas de lavoura que a rodeão especialmente quando se nota que da Villa de Viseu ate este lugar as margens do rio Gurupi são situadas por muitos moradores que ocupão ambos os lados do mencionado rio, e posto que estes assaz indolentes, toda via podem ser chamados a serviço da agricultura, e assim traserem a fertilidade de gêneros de primeira necessidade de que tanto se ressentente este pais⁴⁵.

Assim, há uma simbiose das representações da área, como região indeveessada e os grupos sociais ali existentes foram constituídas em oposição aos hábitos do trabalho:

V^a Ex^{cia} não ignora o quanto a natureza do solo influie a índole geral dos seus habitantes. Muitas vezes, da própria natureza de um paiz, provem a infelicidade do povo que alimenta. Assim é, que em um contorno rico e fértil, quase sempre reina o dezmazelo, a incúria e a miseria, ao mesmo tempo, que n'outro, em que a escassez da terra, as necessidades chamão quotidianamente o homem ao trabalho os habitantes vivem no meio da abastança e da riqueza desconhecem os effeitos perniciosos da ociosidade, são trabalhadores e sóbrios. Ora neste paiz, onde a uberdade das mattas, a fecundidade, a fertilidade incalculável do solo, offerecendo milhares de meios de subsistência ao homem, não lhe dão tempo a lembrar-se do trabalho se não quando tem fome, a procurar a roupa se não quando tem frio, convem não confiar pura e simplesmente da natureza a sua educação physica, e preciso cria-lo de baixo de condições taes, que elle cresça e chegue a idade da rasão sob a influencia e hábitos do trabalho⁴⁶.

Portanto, a singularidade da Colônia nos eventos e acontecimentos apontados acima refletem um conjunto de representações sociais constituídos a partir da complexidade social produção da ideologia política pautada tanto por um projeto de modernidade e racionalização do Estado Nacional quanto por uma profunda presença de uma tradição colonial de um sistema produtivo escravista que marcariam profundamente as práticas das relações dos indivíduos com a política, a cultura e com outros grupos sociais.

⁴⁵ Ibidem. Oficio de 12 de julho de 1859.

⁴⁶ Ibid. Oficio de 14 de outubro de 1854.

4 REFERÊNCIAS

a) Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão.** Rio de Janeiro: Casa8/Fundação Universidade do Amazonas. 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papirus. 1996.

_____. **O campo político.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.203.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2002

COSTA, Yuri Michel Pereira. Criminalidade escrava: a fala da civilização e urro do bárbaro na Província do Maranhão. In. COSTA, Wagner Cabral da (org.). **Historia do Maranhão: novos estudos.** São Luís. EDUFMA. 2004.

CORADINI, Odaci Luiz (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes.** Editora da UFRGS, 2008.

_____. **A Formação da Elite Médica no Brasil e seu Recrutamento: confronto com o caso francês.** *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, (11), UFRGS, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. **A REGIONALIZAÇÃO DO JOGO POLÍTICO: Elites e poder legislativo no Brasil do século XIX.** 2004. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?area=7&pagina=31&item_biblio=185.

ELIAS, Nobert. **Introdução à sociologia.** Lisboa. Edições 70, 2008.

_____. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização (vol.2).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações.** Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

_____. **Em nome da ordem:** a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVII e XIX). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____.
Filho, Walter Fraga. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX.** São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e civilização nos trópicos:** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/193>.

KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (185-89). In. Celso Castro, Celso; Izecksohn, Vitor; Kraay, Hendrik. (orgs): **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro. Editora FVG. 2004.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria:** imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP: Moderna, 1997.

SALDANHA, Flavio Henrique Dias. **Os oficiais do povo:** a guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo. Anna lume. 2008.

SEIDL, Ernesto. **A espada como “vocação”:** padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **A formação de um Exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional.** Revista *História* [online](Programa de Pós Graduação de História da Unesp). 2010, vol.29, n.2

SCHULZ, John. **O exército na política.** São Paulo: EDUSP. 1994.

SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão.** Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** São Paulo. Expressão Popular. 2010

WOLF, Eric. **Antropologia e poder.** São Paulo. Editora Unicamp, 2003.

b) Documentais

BRASIL. **Coleção de Leis do Império. 1824-1889.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br>>

_____. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

_____. Ministério do Império. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa no ano de 1857 pelo ministro Pedro de Araújo Lima.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

_____. Ministério do Império. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa no ano de 1859 pelo ministro João de Alameida Pereira Filho.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860.

MACHADO, Eduardo Olímpio. **Relatório do presidente da província na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 1º de novembro de 1853.** Maranhão. Tip. Constitucional, 1853.

MARANHÃO. **Coleção de Leis da Província.** 1835-1889. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

_____. **Relatório do presidente da província Eduardo Olímpio Machado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 1º de novembro de 1853.** Maranhão: Tip. Constitucional, 1853.

_____. Secretaria do Governo. **Diretoria da Colônia Militar do Gurupi.** 1854 – 1879. Setor de Documentos Avulsos Manuscritos. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

TABELA DE INFORMAÇÕES GERAIS DA COLÔNIA
MILITAR DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA DO GURUPI
(1854-1879)

ANO	DIRETOR	PATENTE	VICE DIRETOR	PATENTE	CAPELÃO	FACULTATIVO	POPULAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR	DESTACAMENTO MILITAR NA COLÔNIA MILITAR
1854	JOÃO RAIMUNDO CARNEIRO JUNQUEIRA (IDADE: 72 ANOS)	TENENTE CORONEL REFORMADO DO EXÉRCITO	JOSE MIGUEL DE ARAUJO LISBOA	TENENTE REFORMADO DO EXÉRCITO	FRANCELINO OLAVO CAVOLIDE	RAIMUNDO NONATO NUNES BELFORT	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1855	-----	-----	ESTE FALECEU EM 22/4/55 NA COLÔNIA.		JOSE ANTONIO GOMES PINHEIRO	EM MARÇO RAIMUNDO BELFORT É SUSBTITUIDO PELO BOTICÁRIO MANOEL JOSE DE SOUSA LEÃO. (SEM PATENTE MILITAR, IDADE:56. NACIONALIDADE: PORTUGUESA).	EM MARÇO, 51 PESSOAS. 97 PESSOAS EM SETEMBRO	28 MILITARES EM MARÇO. 80 EM NOVEMBRO.
1856	JUNQUEIRA DEDITIDO EM 29 DE MAIO, PASSANDO A DIREÇÃO PARA O VICE. DEPOIS PASSANDO-SE O CARGO PARA O CAPITÃO FRANCISCO JOSÉ DA SILVA ALMEIDA EM AGOSTO.	-----	CLEMENTINO ANTONIO DELGADO	CAPITÃO REFORMADO	FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE; EM 27/12, NOMEOU-SE O FREI JOAQUIM DE SÃO FRANCISCO PRA CAPELÃO	-----	92 PESSOAS EM FEVEREIRO	17 MILITARES EM MAIO.
1857	FRANCISCO JOSÉ DA SILVA ALMEIDA	CAPITÃO DA GUARDA NACIONAL	DEMISSÃO DAQUELE EM 22 DE JANEIRO. NOMEAÇÃO DE JOSE ANASTACIO DE CARVALHO COMO INTERINO.	ALFERES DO EXERCITO	DEMISSÃO EM 1ª DE AGOSTO DE DITO FREI.	-----	SEM INFORMAÇÕES	25 MILITARES EM MAIO
1858	O VICE DIRETOR COMO DIRETOR INTERINO		LUIS FELIX DE AZEVEDO E SÁ	TENENTE (NÃO DA PARA INFORMA SE É DO EXERCITO OU GUARDA NACIONAL)	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	SEM INFORMAÇÕES	21 MILITARES EM JUNHO
1859	ALTINO LELLIS DE MORAES REGO TOMA	TENENTE CORONEL DA	-----	-----	AUSENCIA DE CAPELÃO		100 PESSOAS EM	13 MILITARES EM NOVEMBRO

	POSSE EM JULHO, NO LUGAR DO CAPITÃO HENRIQUE JOSE DE CARVALHO QUE ESTAVA COMO DIRETOR INTERINO	GUARDA NACIONAL				-----	NOVEMBRO	
1860	ALTINO LELLIS DE MORAES REGO (IDADE: 45 ANOS)	-----	JOSE MARIANO DE BARROS (IDADE:42 ANOS), TOMA POSSE EM ABRIL.	TENENTE REFORMADO DO EXÉRCITO	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	SEM INFORMAÇÕES	14 MILITARES EM JUNHO
1861	-----	-----	O MESMO	-----	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	300 PESSOAS EM NOVEMBRO	SEM INFORMAÇÕES
1862	-----	-----	O MESMO	-----	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	SEM INFORMAÇÕES	15 MILITARES EM MAIO
1863	-----	-----	O MESMO	-----	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	313 PESSOAS EM MARÇO, SENDO QUE DESTES 8 ERAM ESCRAVOS.	28 MILITARES EM MARÇO
1864	-----	-----	O MESMO	-----	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	378 PESSOAS EM OUTUBRO	22 MILITARES EM OUTUBRO.
1865	-----	-----	O MESMO	-----	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1866	O MESMO(MORRE EM DEZEMBRO DESTE ANO), SUSBSTITUIDO INTERINAMENTE PELO VICE DIRETOR ANTONIO JOSE C. J.	-----	TOMA POSSE ANTONIO JOSE DE CARVALHO JUNIOR	CAPITÃO REFORMADO DO EXÉRCITO	AUSENCIA DE CAPELÃO	-----	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1867	ANTONIO JOSE DE CARVALHO JUNIOR (DIRETOR INTERINO). NOMEADO EM JULHO.	MAJOR	O ANTERIOR RETIRA-SE PARA A CAPITAL PARA TRATAMENTENTO	ALFERES REFORMADO DO EXÉRCITO	Pe. LINO DA ANUNCIAÇÃO (VIGÁRIO DA VILAD DE VISEO)	-----	150 PESSOAS EM JUNHO E 268 PESSOAS EM AGOSTO	16 MILITARES EM JUNHO.

	TOMA POSSE PARA ESTE CARGO EM AGOSTO, JOSE TIAGO DA SILVA		EM JUNHO DESTA ANO, E TOMA POSSE FRANCISCO JOSE DE SOUSA ALVES EM DEZEMBRO		FOI NOMEADO COMO CAPELÃO INTERINO EM OUTUBRO			
1868	TOMA POSSE LEONARDO LUCIANO DE CAMPOS	CAPITÃO REFORMADO DO EXERCITO	O MESMO		-----	-----	285 PESSOAS EM JANEIRO. EM DEZEMBRO 346 PESSOAS.	19 MILITARES EM JANEIRO
1869	-----	-----	O MESMO ATÉ ABRIL, QUANDO NOEMA-SE INTERINAMENTE CLEMENTINO LUIS PEREIRA BRAZIL (IDADE APROXIMADA: 60 ANOS).	ALFERES REFORMADO, SECRETÁRIO DO CORPO DE GUARNIÇÃO DO PIAIÚ .	-----	-----	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1870	-----	-----	EXONERADO DO CARGO O ATUAL VICE DIRETOR CLEMENTINO, E NOMEADO EM SEU LUGAR O ANTIGO VICE DIRETOR, JOSE MARIANO DE BARROS	TENENTE REFORMADO DO EXERCITO	-----	-----	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1871	-----	-----	O MESMO		NOMEIA-SE COMO CAPELÃO OFICIAL DA COLÔNIA COM VENCIMENTOS DE CAPELÃO ALFERES DO EXÉRCITO.	O FACULTATIVO MANOEL LEÃO MORRE EM NOVEMBRO	352 PESSOAS EM JUNHO.	SEM INFORMAÇÕES
1872	O MESMO, ATÉ O DIA 7 DE DEZEMBRO, QUANDO ASSUME A DIREÇÃO JOÃO MANOEL DA CUNHA	MAJOR	EUCLIDES CARVALHO REIS.	SEM INFORMAÇÕES	-----	AUSENCIA DE FACULTATIVO	250 PESSOAS EM MARÇO	14 MILITARES EM JANEIRO

1873-1874	-----	-----	EUCLIDES CARVALHO REIS (EXONERADO), FOI SUBSTITUIDO INTERINAMENTE POR JOSÉ MARIANO DE BARROS	TENENTE REFORMADO DO EXÉRCITO	-----	AUSENCIA DE FACULTATIVO	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1875	-----	-----	-----	-----	-----	AUSENCIA DE FACULTATIVO	224 PESSOAS EM OUTUBRO. EM NOVEMBRO 283 PESSOAS, TENDO ENTRE ESTES 5 ESCRAVOS	12 MILITARES EM NOVEMBRO
1876	-----	-----	-----	-----	-----	AUSENCIA DE FACULTATIVO	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1877	-----	-----	-----	-----	-----	AUSENCIA DE FACULTATIVO	SEM INFORMAÇÕES	SEM INFORMAÇÕES
1878	JOÃO MANOEL DA CUNHA FOI EXONERADO. TOMANDO POSSE EM NOVEMBRO ANTONIO JOSE DA FONSECA	CAPITÃO REFORMADO DO EXÉRCITO.	JOSÉ NICOLAU PIMENTA DE ARAUJO VARGAS COUTINHO	ALFERES REFORMADO DO EXÉRCITO	-----	AUSENCIA DE FACULTATIVO	EM OUTUBRO, 302 PESSOAS (296 LIVRES E 6 ESCRAVOS)	
1879	ANTONIO JOSE DA FONSECA É SUBSTITUIDO PELO VICE DIRETOR, JOSE COUTINHO, EM JANEIRO, E EM FEVEREIRO A COLÔNIA FOI CONSIDERADA OFICIALMENTE EXTINTA.				COM A EXTINÇÃO LEGAL DA COLÔNIA MILITAR, O PELINO DA ANUNCIAÇÃO TORNA-SE A MEDIAÇÃO ENTRE OS MORADORES DAQUELA E A PRESIDÊNCIA DA PROVINCIA	AUSENCIA DE FACULTATIVO		